



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**DADOS DO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS**

(Resolução nº 76/2009 e Portaria nº 119/2021)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Diretoria de Contabilidade

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2021 e 2022

DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/05/2023 (Republicado em 10/04/2026)

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO				
RECURSOS FINANCEIROS				
DESPESAS	2021	2022	Variação %	Justificativa
Dpj – Despesa Total da Justiça	R\$ 1.881.832.050,45	R\$ 2.186.944.005,39	16,21%	
DRH – Despesas com Recursos Humanos	R\$ 1.763.752.868,86	R\$ 2.032.349.972,45	15,23%	
DPE – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo e Inativo	R\$ 1.502.852.975,22	R\$ 1.629.052.977,38	8,40%	
DPEA – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	R\$ 1.502.852.975,22	R\$ 1.629.052.977,38	8,40%	
DPEA2º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 2º grau	R\$ 175.458.405,56	R\$ 193.782.685,86	10,44%	
DPEATRJE1º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 1º grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais	R\$ 1.081.017.364,10	R\$ 1.167.045.740,94	7,96%	
DPEAAadm – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo na Área Administrativa	R\$ 246.377.205,56	R\$ 268.224.550,58	8,87%	
DPEI – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	
DBen – Despesas com Benefícios do Pessoal Quadro Ativo e Inativo	R\$ 152.371.989,26	R\$ 200.291.757,47	31,45%	A despesa com a maior alteração foi com Auxílio Saúde, com um incremento de R\$ 38,8 milhões em relação ao ano anterior, em função da atualização do limite do reembolso de 6% para até 10%. O pagamento corresponderá ao menor valor entre o total despendido com a mensalidade de Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde e de seus dependentes; a soma dos valores máximos atribuídos, per capita, a si e a seus dependentes, conforme tabela do Poder; o limite de 10% da remuneração. Além disso, houve reajuste do auxílio alimentação pelos Atos 233/2022 (magistrados) e Ato 234/2022 (servidor).
DBenA – Despesas com Benefícios do Pessoal do Quadro Ativo	R\$ 146.134.210,18	R\$ 188.609.862,09	29,07%	
DBenA2º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 2º grau	R\$ 15.752.891,70	R\$ 20.418.117,25	29,62%	
DBenATRJE1º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	R\$ 108.085.089,09	R\$ 137.099.161,44	26,84%	
DBenAAadm – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo na área administrativa	R\$ 22.296.229,39	R\$ 31.092.583,40	39,45%	A despesa com a maior alteração foi com Auxílio Saúde, em função da atualização do limite do reembolso de 6% para até 10%. O pagamento corresponderá ao menor valor entre o total despendido com a mensalidade de Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde e de seus dependentes; a soma dos valores máximos atribuídos, per capita, a si e a seus dependentes, conforme tabela do Poder; o limite de 10% da remuneração. Além disso, houve reajuste do auxílio alimentação pelos Atos 233/2022 (magistrados) e Ato 234/2022 (servidor).
DBeni – Despesas com Benefícios do Quadro Inativo	R\$ 6.237.779,08	R\$ 11.681.895,38	87,28%	A despesa com a maior alteração foi com Auxílio Saúde, em função da atualização do limite do reembolso de 6% para até 10%. O pagamento corresponderá ao menor valor entre o total despendido com a mensalidade de Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde e de seus dependentes; a soma dos valores máximos atribuídos, per capita, a si e a seus dependentes, conforme tabela do Poder; o limite de 10% da remuneração.
DTer – Despesas com Terceirizados	R\$ 66.516.409,67	R\$ 75.030.150,07	12,80%	
DEst – Despesas com Estagiários	R\$ 1.495.402,26	R\$ 899.426,22	-39,85%	Redução do quadro de estagiários ao longo do exercício 2022 por término do vínculo.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**DADOS DO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS**

(Resolução nº 76/2009 e Portaria nº 119/2021)  
UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Diretoria de Contabilidade  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2021 e 2022  
DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/05/2023 (Republicado em 10/04/2026)

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO				
RECURSOS FINANCEIROS				
DESPESAS	2021	2022	Variação %	Justificativa
DIP – Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos	R\$ 40.516.092,45	R\$ 127.075.661,31	213,64%	A variação decorre da concessão de licença prêmio em pecúnia paga a magistrados, a qual importou em 48 milhões, conforme LC nº 492/2022 e decisão administrativa SEI n.º 00042262-18.2022.8.17.8017. Além disso, houve a concessão de abono provisório, que totalizou 36 milhões, destinado à aquisição de desktops ou notebooks, concedido, exclusivamente, ao(à) magistrado(a) e ao(à) servidor(a) efetivo(a) e ao(à) comissionado(a) em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício, integrantes do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, no valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Lei 17.683/2022.
DIP2º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 2º grau	R\$ 2.469.867,49	R\$ 10.504.286,21	325,30%	A variação decorre da concessão de licença prêmio em pecúnia paga a magistrados, a qual importou em 48 milhões, conforme LC nº 492/2022 e decisão administrativa SEI n.º 00042262-18.2022.8.17.8017. Além disso, houve a concessão de abono provisório, que totalizou 36 milhões, destinado à aquisição de desktops ou notebooks, concedido, exclusivamente, ao(à) magistrado(a) e ao(à) servidor(a) efetivo(a) e ao(à) comissionado(a) em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício, integrantes do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, no valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Lei 17.683/2022.
DIPTRJE1º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	R\$ 36.854.660,23	R\$ 107.465.408,55	191,59%	A variação decorre da concessão de licença prêmio em pecúnia paga a magistrados, a qual importou em 48 milhões, conforme LC nº 492/2022 e decisão administrativa SEI n.º 00042262-18.2022.8.17.8017. Além disso, houve a concessão de abono provisório, que totalizou 36 milhões, destinado à aquisição de desktops ou notebooks, concedido, exclusivamente, ao(à) magistrado(a) e ao(à) servidor(a) efetivo(a) e ao(à) comissionado(a) em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício, integrantes do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, no valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Lei 17.683/2022.
DIPAdm – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos na área administrativa	R\$ 1.191.564,73	R\$ 9.105.966,55	664,20%	A variação decorre da concessão de licença prêmio em pecúnia paga a magistrados, a qual importou em 48 milhões, conforme LC nº 492/2022 e decisão administrativa SEI n.º 00042262-18.2022.8.17.8017. Além disso, houve a concessão de abono provisório, que totalizou 36 milhões, destinado à aquisição de desktops ou notebooks, concedido, exclusivamente, ao(à) magistrado(a) e ao(à) servidor(a) efetivo(a) e ao(à) comissionado(a) em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício, integrantes do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, no valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Lei 17.683/2022.
DCC – Despesas com Cargos em Comissão	R\$ 58.789.967,54	R\$ 67.905.465,84	15,51%	
DCC2º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 2º grau	R\$ 33.380.709,56	R\$ 37.385.470,21	12,00%	
DCCTRJE1º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais	R\$ 5.615.321,36	R\$ 6.533.641,09	16,35%	
DCCAdm – Despesas com Cargos em Comissão na área administrativa	R\$ 19.793.936,62	R\$ 23.986.354,54	21,18%	
DFC – Despesas com Funções de Confiança	R\$ 78.290.858,42	R\$ 81.700.310,23	4,35%	



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**DADOS DO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS**

(Resolução nº 76/2009 e Portaria nº 119/2021)  
UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Diretoria de Contabilidade  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2021 e 2022  
DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/05/2023 (Republicado em 10/04/2026)

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO				
RECURSOS FINANCEIROS				
DESPESAS	2021	2022	Variação %	Justificativa
DFC2º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 2º grau	R\$ 5.986.545,27	R\$ 6.612.081,57	10,45%	
DFCTRJE1º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais	R\$ 60.512.579,40	R\$ 61.334.583,21	1,36%	
DFCAdm – Despesas com Funções de Confiança na área administrativa	R\$ 11.791.733,75	R\$ 13.753.645,45	16,64%	
DMag – Despesa com Recursos Humanos de Magistrados	R\$ 388.618.037,67	R\$ 431.385.406,94	11,00%	
DServ – Despesa com Recursos Humanos de Servidores	R\$ 1.307.123.019,26	R\$ 1.525.034.989,22	16,67%	
OUTRAS DESPESAS	2021	2022	Variação %	Justificativa
ODCK – Outras Despesas Correntes e de Capital	R\$ 118.079.181,59	R\$ 154.594.032,94	30,92%	O acréscimo decorre da variação na variável ODC, justificada abaixo.
ODC – Outras Despesas Correntes	R\$ 74.750.724,04	R\$ 99.529.563,67	33,15%	Dentre os itens que representaram um maior aumento em 2022 destaca-se a aquisição de ferramenta de colaboração em nuvem - microsoft office 365, representando 23% do acréscimo, além dos serviços de TI (DEA - 16%), energia elétrica (13%) e reparo e manutenção de bens imóveis (12%).
Dk – Despesa de Capital	R\$ 43.328.457,55	R\$ 55.064.469,27	27,09%	
DPCO – Despesas com Projetos de Construção e Obras	R\$ 3.578.419,90	R\$ 10.788.630,96	201,49%	O acréscimo decorre da política de execução de obras do Poder.
DInf1 – Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação	R\$ 11.547.599,58	R\$ 33.443.397,96	189,61%	O acréscimo em 2022 justifica-se pela aquisição de computadores para atualização de seu parque, que representou um aumento de mais de 22 milhões no item de gasto equipamentos de processamento de dados.
DInf2 – Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação	R\$ 18.574.813,35	R\$ 25.336.932,13	36,40%	O aumento se deu em virtude da aquisição de ferramenta de colaboração em nuvem - microsoft office 365. No ano de 2020, vários cursos deixaram de ser realizados, diante da adequação da Escola a nova situação social, resultado da Pandemia.  Então, a partir de 2020, passando por 2021, período pandêmico, ocorreu uma grande concentração de atividades on line, com cursos transmitidos ao vivo, de forma remota, gerando um maior número de contratação de professores, diante do aumento da demanda a qual havia ficado reprimida no período crítico da pandemia em 2020, bem como pela facilidade do professor ministrar as aulas de sua residência.  Por sua vez, em 2022, a escola teve como desafio a compreensão das necessidades dos alunos, que flutuavam entre a manutenção dos cursos remotos e o retorno das atividades presenciais.  Com isso, ocorreu uma maior produção de cursos em EAD, os quais não existiam em 2020 e 2021, com aparente redução dos custos, pois, é possível atingir um maior número de alunos, com um único curso, repetidas vezes.  Por outro lado, também com a necessidade de retorno das atividades presenciais, ocorreu um maior espaçamento entre os cursos, e um maior equilíbrio da oferta de acordo com as demandas do CNJ, concentrando-se as atividades presenciais naqueles cursos obrigatórios e naqueles com foco no aumento da produtividade.
DCap - Despesas com Capacitação	R\$ 2.578.036,23	R\$ 1.216.557,68	-52,81%	



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**DADOS DO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS**

(Resolução nº 76/2009 e Portaria nº 119/2021)  
UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Diretoria de Contabilidade  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2021 e 2022  
DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/05/2023 (Republicado em 10/04/2026)

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO				
RECURSOS FINANCEIROS				
<b>RECEITAS</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Variação %</b>	<b>Justificativa</b>
R – Recolhimentos Diversos	R\$ 231.927.560,68	R\$ 275.295.036,31	18,70%	
<b>ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Variação %</b>	<b>Justificativa</b>
JG – Assistência Judiciária Gratuita	609.129,50	367.527,00	-39,66%	A variação decorre da demanda dos processos judiciais do período.

Fonte: E-fisco Financeiro e Secretaria de Gestão de Pessoas.

Nota: Em 10/04/2026, houve republicação, em razão de retificação, em 09/04/26, junto ao CNJ, referente às variáveis R - Recolhimentos Diversos (2023) e JG - Assistência Judiciária Gratuita (2021 a 2024).